

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA -
FACE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MARCOS TULIO DOS SANTOS ALVES

IMPACTOS NO EMPREGO FORMAL DE MATO GROSSO DO SUL, ANTES E PÓS
PANDEMIA POR CORONAVÍRUS

DOURADOS/MS
2022

MARCOS TULIO DOS SANTOS ALVES

**IMPACTOS NO EMPREGO FORMAL DE MATO GROSSO DO SUL, ANTES E PÓS
PANDEMIA POR CORONAVÍRUS**

Trabalho de Graduação apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para aprovação da disciplina de Trabalho de Graduação II.

Orientadora Professora Dr^a Luciana Virginia Mario Bernardo

Banca Examinadora:

Professora: Maria Aparecida Farias de Souza Nogueira

Professora: Elise Soerger Zaro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

A474i Alves, Marcos Túlio Dos Santos

IMPACTOS NO EMPREGO FORMAL DE MATO GROSSO DO SUL, ANTES E PÓS PANDEMIA POR CORONAVÍRUS [recurso eletrônico] / Marcos Túlio Dos Santos Alves. -- 2022.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Luciana Virginia Mario Bernardo.

TCC (Graduação em Ciências Contábeis)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2022.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Emprego Formal. 2. Renda. 3. Rotatividade. I. Bernardo, Luciana Virginia Mario. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E
ECONOMIA - FACE/UFGD



ATA DE APROVAÇÃO DE BANCA EXAMINADORA DE TRABALHO DE
GRADUAÇÃO II, SEMESTRE LETIVO 2022.1

**IMPACTOS NO EMPREGO FORMAL DE MATO GROSSO
DO SUL, ANTES E PÓS PANDEMIA POR CORONAVÍRUS**

Marcos Tulio dos Santos Alves

Esta monografia, realizada presencialmente, foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Luciana V. M. Bernardo.

Profa. Dra. Luciana Virginia Mario Bernardo
(Presidente)

[Assinatura]

Profa. Dra. Maria Aparecida Farias de Souza Nogueira
(Avaliador 1)

Elise Soerger Zaro
Profa. Dra. Elise Soerger Zaro
(Avaliador 2)

DOURADOS-MS, 19 de outubro de 2022.

IMPACTOS NO EMPREGO FORMAL DE MATO GROSSO DO SUL, ANTES E PÓS PANDEMIA POR CORONAVÍRUS

MARCOS TULIO DOS SANTOS ALVES

Esta monografia foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Luciana Virginia Mario Bernardo
Presidente

Avaliador(a)
Maria Aparecida Farias de Souza Nogueira

Avaliador(a)
Elise Soerger Zaro

DEDICATÓRIA

A Deus, pela minha vida, por me fornecer energia, inteligência e sabedoria para superar todas as dificuldades encontradas ao longo do caminho.

AGRADECIMENTOS

A minha família

Agradeço aos Amigos próximos, aos professores, colegas por todo conhecimento compartilhado.

Minha orientadora Prof^a Dr^a Luciana Virginia Mario Bernardo, por todo o apoio e incentivo.

RESUMO

A pandemia por Coronavírus, impactou diretamente a economia nacional e global, influenciando os empregos formais e a renda da população. Tendo em vista esta característica, o objetivo deste estudo é, analisar o emprego formal dos municípios da mesorregião Sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul, entre os anos de 2018 a 2020. Os dados utilizados foram retirados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED. Como resultados pode-se identificar que no ano de 2020 as taxas de rotatividade decrescem significativamente. Podendo assim, indicar que os anos de 2018 e 2019, as taxas de admissão e desligamento foram maiores. Outro fato identificado para a mesorregião sudoeste foram os seus índices de rotatividade, onde ela mostrou o menor índice de rotatividade em 2020, de modo geral, para todos os municípios analisados: contudo, a situação é diferente na melhora na qualidade de emprego onde nenhum dos municípios mostrou destaque. Para isso, foi utilizado uma abordagem de procedimentos metodológicos de natureza quantitativa, identificando a rotatividade dos empregos formais, o crescimento líquido do emprego formal e medidas locacionais.

Palavras Chaves: Emprego formal; Economia Local; Rotatividade.

ABSTRACT

The pandemic by Coronavirus, directly impacted the national and global economy, influencing formal jobs and income of the population. In view of this characteristic, the objective of this study is to analyze the formal employment in the municipalities of the southwestern mesoregion of the State of Mato Grosso do Sul, between the years 2018 and 2020. The data used were taken from the General Cadastre for Employed and Unemployed - CAGED. As results one can identify that in the year 2020 the turnover rates decrease significantly. Thus, it may indicate that the years 2018 and 2019, the admission and dismissal rates were higher. Another fact identified for the southwestern mesoregion were its turnover rates, where it showed the lowest turnover rate in 2020, in general, for all municipalities analyzed: however, the situation is different in the improvement in employment quality where none of the municipalities showed outstanding. For this, a methodological procedures approach of quantitative nature was used, identifying the turnover of formal jobs, the net growth of formal employment and locational measures.

Key Words: Formal Employment; Economy; Turnover

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mesorregião Sudoeste de Mato Grosso do Sul	18
Figura 2: Número de estabelecimentos existentes na Mesorregião Sudoeste de Mato Grosso do Sul – 2018 a 2020.....	19
Figura 3: Emprego formal na Mesorregião Sudoeste em Mato Grosso do Sul – 2018 a 2020.....	19
Figura 4 : QL emprego formal dos setores econômicos – Mesorregião Sudoeste – 2018 a 2020	28

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 JUSTIFICATIVA, PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS	13
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	14
2.1 MERCADO DE TRABALHO: UMA VISÃO GERAL	14
3. METODOLOGIA.....	18
3.1 LOCALIZAÇÃO DA PESQUISA	18
3.2 FLUXO DE TRABALHADORES FORMAIS – ROTATIVIDADE.....	21
3.3 ANÁLISE LOCACIONAL DO EMPREGO FORMAL	22
4 ANÁLISE DE RESULTADOS.....	24
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30

1 INTRODUÇÃO

Na história da humanidade ocorreram várias crises, guerras e conflitos que influenciaram o setor econômico e financeiro, dentre elas destacam-se as pandemias de Gripe Espanhola (1918-1920), a Gripe Asiática (1957-1958), a Gripe de Hong Kong (1968-1969), a Gripe Russa (1977-1978), a Gripe Aviária (2003-2004) e a Gripe A (2009) (COSTA; MERCHAN-HAMANN, 2016). Enfrenta-se, durante essa pesquisa, a pandemia por coronavírus, a qual foi iniciada em 2020, em Wuhan capital da província da China. O termo pandemia é utilizado para identificar quando uma epidemia está presente em pelo menos dois continentes e indica um fator de risco à população mundial (SILVA et al., 2022). Neste contexto, observa-se que os coronavírus tem como característica, nos humanos, provocar infecções respiratórias, que se assemelham bastante a uma gripe comum onde, os sintomas são: febre, falta de ar, tosse e espirros juntamente com dor de garganta, dor de cabeça e cansaço (GOVERNO ESTADUAL DO CEARÁ, 2020). O aumento acentuado de casos e mortes por Covid-19 sobrecarregou severamente o sistema de saúde do Brasil. Além disso, Azevedo et al. (2021) evidenciam que o crescimento acentuado de casos e óbitos levou a que algumas cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Manaus, chegassem a condições extremas que resultaram em grande sobrecarga do sistema de saúde levando a altos índices de morte hospitalar.

Além disso, a doença traz consequências que ultrapassam as questões sanitárias, impactando a economia e os costumes sociais devido a sua forma de transmissibilidade (SILVA et al., 2022). Ao qual, pode-se observar, segundo o World Bank (2020) uma profunda recessão econômica, que ultrapassa a crise financeira mundial de 2008/2009 e a crise da dívida da América Latina, presente nos anos de 1980. Dentre os desdobramentos econômicos, de modo geral, independente do setor e do tamanho das empresas, a pandemia impactou com severidade, a sobrevivência das organizações (CASTRO; ROCHA, 2020).

No Brasil, os efeitos econômicos e sociais, foram observados em um curto prazo, por meio de consequências negativas, impulsionados pela retração nas demandas por produtos e serviços, ao qual desencadeou na economia, i-a redução da jornada de trabalho e da produção, ii-falência de estabelecimentos comerciais, iii-demissões dos trabalhadores e a iv- redução do índice de empregabilidade (MATTEI; HEINEN, 2020; MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020). Com relação ao aumento do desemprego, enfoque, deste estudo, observa-se que este cenário, possibilita o aumento da informalidade, terceirização e subcontratações. Estas características influenciam a redução dos direitos dos trabalhadores, sendo assim pejorativas (COSTA, 2020). Denota-se que as atividades econômicas mais afetadas, nos períodos mais

agravantes da pandemia foram, a alimentação fora de casa, transporte e turismo (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020). Sendo considerado o controle do contágio da doença fundamental para a reabertura da economia (MAGALHÃES; CARDOSO, 2020).

1.1 JUSTIFICATIVA, PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS

As informações apresentadas, no item anterior, justificam a realização deste estudo, tendo em vista, que a redução nos empregos formais pode impactar o desenvolvimento local, devido à redução da geração de emprego e renda. Deste modo, a pergunta norteadora deste estudo, ao qual pretende-se responder é: - Se houveram mudanças no padrão de empregos formais no período da pandemia por coronavírus, entre os anos de 2018 e 2020? Denota-se que a pesquisa, será aplicada no Estado de Mato Grosso do Sul. Entre a população residente no estado de análise, houve 515.437 casos confirmados para o Coronavírus e 10.445 mortos pelo mesmo, a partir de 2020 (GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, 2022).

Mediante, este contexto, observa-se ainda, que, o objetivo geral do estudo é, analisar o emprego formal dos municípios da mesorregião Sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul, entre os anos de 2018 a 2020. Já os objetivos específicos são: i- identificar e selecionar dados referentes ao emprego formal dos municípios do estado de análise; ii- comparar os dados relacionados ao emprego formal, no período de análise estabelecido, identificando se houveram modificações no perfil dos empregos e iii- verificar a concentração do emprego formal, nos municípios de Mato Grosso do Sul.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 MERCADO DE TRABALHO: UMA VISÃO GERAL

O exercício de atividades laborais é de modo geral interpretado como uma atividade humana, com o objetivo de produzir, fabricar ou criar serviços e produtos que garantam a sobrevivência em meio à sociedade capitalista. O trabalho desta forma, é a atividade ao qual, o homem interage diretamente com os recursos naturais modificando-os e produzindo produtos e serviços que garantam a satisfação de suas necessidades, devido os valores monetários recebidos em troca deste exercício (MARX, 2013). A partir da revolução industrial, a relação entre o trabalhador e as organizações, ganha importância, sendo relevante neste contexto, o comportamento do mercado de trabalho (OLIVEIRA, PICCININI, 2011). Tendo em vista que este comportamento implica na disponibilidade de empregos, bem como nas características dos mesmos (CHAHAD, 2003).

Em relação ao Brasil, as características do mercado de trabalho foram determinadas a partir da Lei de Terra de 1850, ao qual implicou em uma estrutura fundiária rígida que impulsionou os trabalhadores rurais, atuantes em pequenas propriedades, à subordinação dos latifúndios. Com o passar do tempo e da expansão das fronteiras agrícolas, sem o respaldo do Estado, esse processo foi aperfeiçoado, devido à continuidade da substituição das pequenas propriedades pelos latifúndios. Além disso, o processo de mecanização do espaço rural contribuiu para que as pessoas deixassem este local, em busca de melhores oportunidades no espaço urbano. Estes elementos possibilitaram que fosse formado um mercado de trabalho desigual, com excedente de mão de obra com baixa qualificação e muitas vezes desempregada. Por outro lado, neste mesmo mercado de trabalho existe a disponibilidade de empregos e a dificuldade de ocupação destas vagas, devido à falta de mão de obra qualificada (DEDECCA, 2005).

Este panorama sofre uma alteração na década de 2000, justificado pelo desempenho da economia brasileira. Os investimentos públicos e privados realizados no período, possibilitaram a expansão econômica e reduziram a taxa de desemprego no país (OLIVEIRA, 2017). Neste período, as exportações brasileiras expandiram significativamente, tendo contribuído de forma positiva para o crescimento econômico e tendo como consequência o aumento no número dos empregos nacionais. Por meio deste fortalecimento do crescimento econômico e da disponibilidade de empregos formais, ocorreu a inclusão social das pessoas, reduzindo os índices de pobreza e elevando o bem-estar dos brasileiros (CEPAL, 2012).

O emprego formal é caracterizado, pelo exercício profissional, em atividade econômica de ocupação manual ou intelectual remunerada, regulamentado e registrado na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A formalidade dos empregos gera renda aos trabalhadores e garantem direitos estabelecidos pela legislação do trabalho, sendo exemplos dos mesmos, i-Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); ii-Férias remuneradas; iii-Décimo terceiro salário, iv-Contribuição para a Aposentadoria; v-Seguro desemprego, dentre outros (BRASIL, 1943). No emprego formal com salário fixo mensal é descontado do funcionário um percentual para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que foi criado pelo decreto nº 99.350/1990, ao qual poderá garantir o direito à aposentadoria (BRASIL, 1990a). Outro desconto realizado em folha de pagamento, refere-se ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) instituído pela Lei nº 8.036/1990 referente ao direito de acesso ao Fundo em momentos específicos, como demissões, questões de saúde e aquisição de casa própria (BRASIL, 1990b).

Tendo ainda como possibilidade outros benefícios criados pela organização como, i-Vale alimentação ou vale refeição; ii-Plano de saúde e odontológico; iii-Bolsa de estudo; iv-Auxílio creche, bem como outros benefícios que podem estar relacionados a especificidades das empresas. O intuito do planejamento de ações de benefícios, está relacionada à política salarial adotada pela empresa, de modo que estas medidas possam ser consideradas incentivos que motivem a permanência dos profissionais em seus postos de trabalho. Estes incentivos podem fazer a diferença no processo de tomada de decisão dos trabalhadores, em relação à manterem-se atuantes na mesma empresa, reduzindo assim a rotatividade (MELO; FORMAGGIO, 2021; CHIAVENATO, 2010).

A rotatividade de pessoal é algo frequente nas instituições, e o setor que normalmente é responsável pelas contratações dos funcionários é o recrutamento e seleção, pois buscam profissionais capacitados para suprir suas necessidades e, segundo Stoner e Freeman (1999), o propósito do recrutamento é conseguir um grupo de candidatos suficientemente grande para que a organização possa selecionar os empregados qualificados de que precisa. Com essa definição consegue notar que a finalidade do recrutamento é muito importante pois busca adquirir uma quantidade de profissionais capacitados para as vagas.

De acordo com Chiavenato (2010) o conceito de rotatividade é a movimentação de pessoas entre uma organização e seu ambiente, sendo que essas movimentações são caracterizadas e definidas pelo volume de pessoas que ingressam e saem da organização; neste mesmo contexto Gonzaga e Cayres Pinto (2014) complementam que a rotatividade são os fluxos de trabalhadores. É importante que as organizações percebam que a rotatividade pode ser um problema Chiavenato (2000) mostra que é a perda de produtividade, de lucratividade e

de saúde organizacional e impacta na motivação das pessoas, no comprometimento que acaba gerando ainda mais absenteísmo, mais rotatividade, gerando um ciclo que pode trazer inúmeros prejuízos à empresa.

Além do que foi exposto, pode-se contemplar que os indivíduos com baixa escolaridade ou com dificuldade em entrar no mercado de trabalho buscam formas alternativas para manter o seu sustento e de sua família. Estas maneiras alternativas ao emprego formal, estão relacionadas aos empregos informais, ou seja, aqueles postos de trabalho sem registro em carteira. Esta forma de emprego, reduz os direitos das pessoas, podem estar associadas à baixa remuneração e ao trabalho excessivo (VALENTIM et al., 2021). O perfil das pessoas que atuam na informalidade está associado àquelas que são aposentadas com remunerações insuficientes aos gastos mensais, indivíduos com dificuldades de se adaptarem em trabalhos assalariados e aqueles com dificuldades de ingresso no mercado (CACCIMALLI, 2000).

Deve-se observar que o fenômeno da informalidade se institui a partir das características estruturais do mercado de trabalho que visam a redução de custos por meio da terceirização dos trabalhadores (BENDASSOLLI; LIMA, 2015). Neste formato, a mão de obra é considerada inesgotável e de fácil acesso para as empresas (SINGER, 2001). Denota-se que a taxa de informalidade se altera conforme as características socioeconômicas dos países. Em países com economias mais desenvolvidas, o percentual de trabalho informal, em média é de 18%, enquanto que nos países subdesenvolvidos este valor pode chegar a 79% do total da oferta de empregos (OIT, 2018).

Cabe considerar que as atividades informais tem um impacto significativo na economia brasileira. Em uma perspectiva nacional a informalidade afeta o Produto Interno Bruto (PIB) do país. Segundo o IBGE (2021), o PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano. Quando alguém adere ao trabalho informal, comercializando produtos sem a emissão de notas fiscais e estar regularizado quanto às especificidades legais das organizações, esse empreendimento está afetando o PIB Brasileiro.

O PIB brasileiro é um indicativo que mostra o crescimento e desenvolvimento econômico do sistema de mercado capitalista, servindo para medir a atividade econômica e buscando analisar o resultado do crescimento econômico do país. No Brasil, o IBGE é quem fica responsável por fazer os cálculos desse indicador, realizando diversas pesquisas e estudos e tem auxílio de outras repartições governamentais para chegar no resultado.

Para calcular o mercado de trabalho informal é utilizado a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) a qual visa produzir indicadores para acompanhar as flutuações e a evolução, a médio e longo prazo, da força de trabalho e para o estudo e desenvolvimento

socioeconômico do País. De acordo com Nienow e Massuquetti (2017), esta pesquisa possui dados amostrais e excluem parte das atividades econômicas. E ele ainda complementa dizendo que o PIB se torna não mais que uma miragem como indicador econômico, pois ele fica restrito à economia do mercado capitalista brasileiro.

Para Bresser-Pereira (2011) o Brasil é um país subdesenvolvido, sendo que a economia informal é comum em países com esta característica. A economia informal ocorre devido ao nível de desemprego estrutural, das cobranças de tributos e taxas de serviços e a burocracia para atuar legalmente registrado na sociedade. O Ministério da Economia (2021) afirma que dura em média cerca de 3 dias e 5 horas para abertura de empresa no país, e não leva em consideração os valores pagos na documentação da abertura e os gastos iniciais como aluguel, funcionários, conta de água, luz, telefone, contador e impostos. Estas despesas incentivam os trabalhadores a exercer o trabalho informal e os consumidores que, por sua vez, acabam sendo facilmente atraídos a consumirem seus produtos e serviços, devido aos baixos preços oferecidos. A diferença entre essas classes pode ser associada à ausência de pagamento de impostos, tendo como exemplo os vendedores ambulantes, que encontraram nessa atividade um modo de sustentar a si e à sua família (DANIELE,2002).

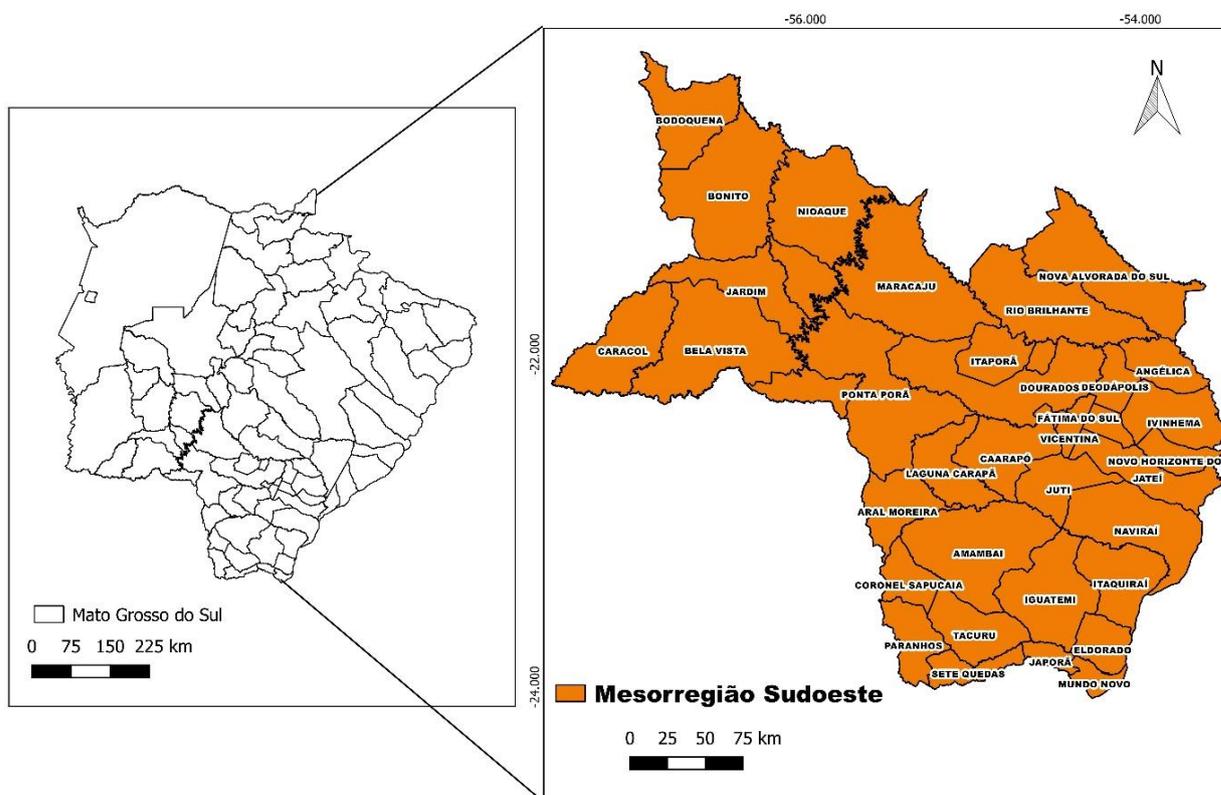
3. METODOLOGIA

Para realizar a análise dos impactos no Emprego Formal no Estado de Mato Grosso do Sul, no período da pandemia por coronavírus, foram adotados, como procedimentos metodológicos, de natureza quantitativa e exploratória. Essa análise foi realizada na Mesorregião Sudoeste de Mato Grosso do Sul que é formada pelas Microrregiões de Dourados, Bodoquena e Iguatemi. Foram utilizadas fontes secundárias, disponíveis no Ministério do Trabalho, via divulgações realizadas no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

3.1 Localização da Pesquisa

A Mesorregião Sudoeste (Figura 1) é composta por 47% dos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul. Dentre eles, estão dois significativos municípios, devido à sua quantidade populacional: Dourados e Ponta Porã.

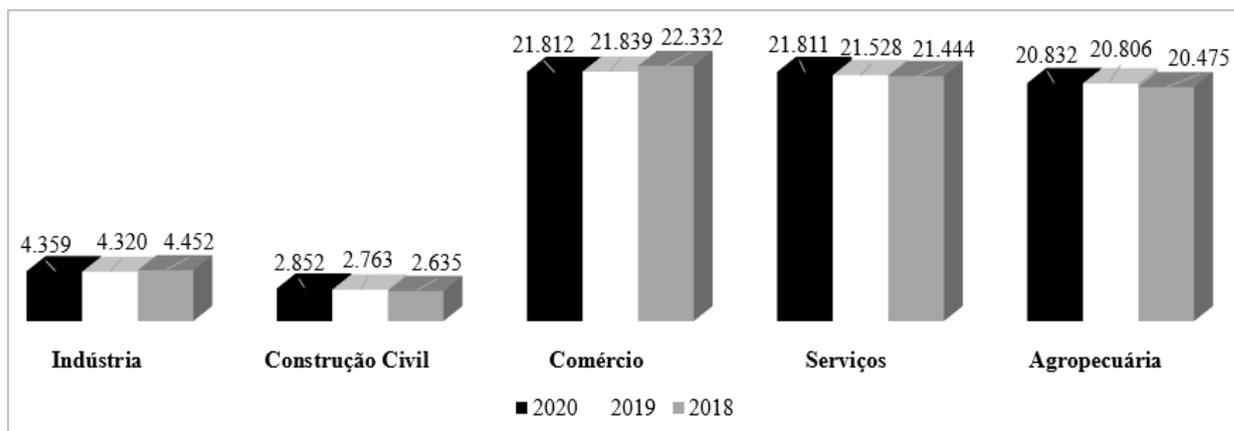
Figura 1: Mesorregião Sudoeste de Mato Grosso do Sul



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de IBGE (2015).

Nesta mesorregião, encontrou-se localizados estabelecimentos dos setores i- indústria, ii- construção civil, iii- comércio, iv- serviços e v- agropecuária, totalizando em cada ano do estudo, 71.338 (2018), 71.256 (2019) e 71.666 (2020) estabelecimentos que geraram emprego e renda (Figura 2). São destaques quantitativos, o número de estabelecimentos do comércio, serviços e agropecuária.

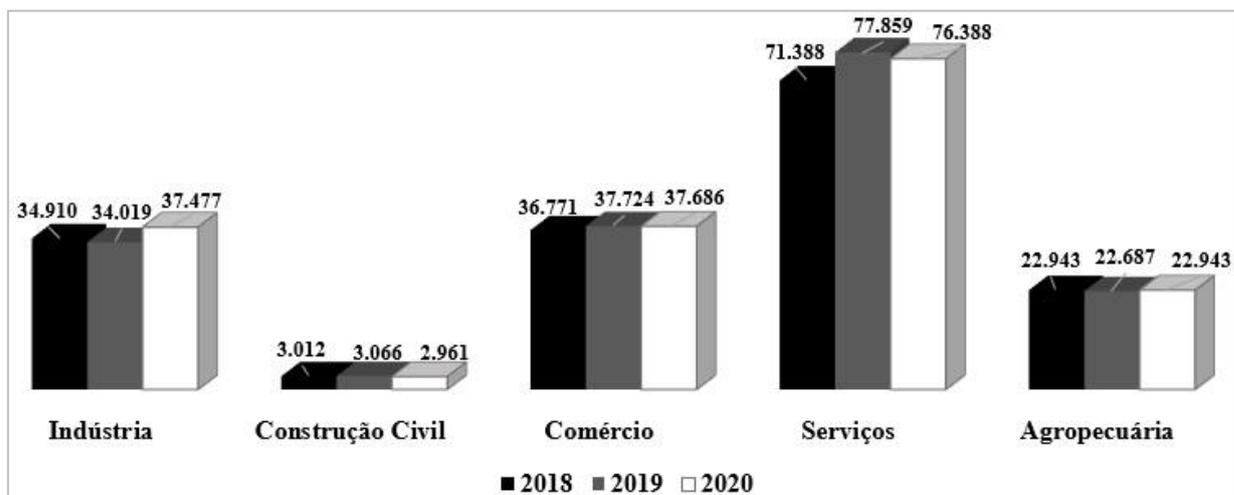
Figura 2: Número de estabelecimentos existentes na Mesorregião Sudoeste de Mato Grosso do Sul – 2018 a 2020



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da RAIS (2018, 2019 e 2020).

Pode-se observar ainda, com relação à Mesorregião Sudoeste (Figura 3), a distribuição do emprego formal nos últimos anos com disponibilidade de informação (2018 a 2020), na RAIS. Dentre os setores, o setor dos serviços é aquele que mais empregou nesta região.

Figura 3: Emprego formal na Mesorregião Sudoeste em Mato Grosso do Sul – 2018 a 2020



Fonte: RAIS (2018, 2019, 2020).

Além disso, observando o comportamento de cada um dos setores, pode-se identificar que no setor Industrial, houve uma redução dos empregos formais no ano de 2019 (2,5%), porém em 2020, houve a recuperação no número de empregos formais gerados (10%), ultrapassando a quantia registrada em 2018. No setor da Construção Civil o processo foi inverso, o número de empregos formais aumentou em 2019 (1,8%), se comparado a 2018, reduzindo novamente em 2020 (3,4%). Este aumento pode estar associado à necessidade que as pessoas tiveram em relação a organização das casas para o trabalho em *home office*, adotado com frequência neste período. Observa-se ainda, que a partir do segundo semestre de 2020, por consequência do aumento na demanda, o mercado imobiliário encontrou a indústria desse setor desabastecida e com isso ocorreu um desequilíbrio no nível de oferta e demanda de produtos necessários para construção (CAMARGO, 2021).

Em relação ao comércio varejista registrou-se crescimento no número de empregos formais, entre 2018 e 2019 (2,5%) e entre 2019 e 2020, uma redução (0,1%), desta forma, pode-se considerar que a pandemia por coronavírus, afetou negativamente, a geração de empregos formais no setor, nesta região. As atividades varejistas foram suspensas em grande parte das cidades por meio de decretos estaduais ou municipais (TOMÉ, 2020), medidas estas, também adotadas no estado de Mato Grosso do Sul; contudo, observado os registros, o número de empregos formais na Mesorregião de estudo foi pouco afetado.

No setor dos Serviços pode-se notar um aumento no número de empregos formais, se comparado 2018 a 2019 (9%), em 2020 o número é reduzido (1,9%); contudo, o número total de empregos formais, foi superior ao número registrado em 2018. Por fim, em relação ao setor Agropecuário, que se trata das atividades rurais, agricultura e pecuária, houve redução no emprego formal de 1,1%, entre 2018 e 2019, recuperando os empregos formais em 2020, mantendo assim, o valor identificado em 2018. Segundo Bambini (2020) de maneira geral, os impactos negativos no setor agropecuário estão associados às novas regras de restrição de mobilidade e movimentação, afetando canais de produção, distribuição e consumo. Com essas regras alguns funcionários tiveram que ser afastados para minimizar os contágios, resultando na contratação de um número menor de funcionários rurais, sobrecarregando aqueles que estavam ativos.

3.2 Fluxo de trabalhadores formais – rotatividade

Foram utilizadas as informações disponíveis, para avaliar a rotatividade do mercado de trabalho na Mesorregião Sudeste de Mato Grosso do Sul. Para isso, foi seguida a metodologia adotada por Davis e Haltiwanger (1992) e utilizada por Amaral et al. (2015).

A estimativa da rotatividade, neste estudo, foi realizada por meio dos dados das pessoas admitidas e desligadas nos diferentes setores da economia, no período de 2018 a 2020; denota-se que este período é o disponível, que contempla o período de pandemia por coronavírus. Para realizar as estimativas, fez-se uso de diferentes indicadores, tais como: taxa admissão, taxa de desligamento e taxa de rotatividade. A referência para os indicadores é o estoque dos trabalhadores, X_t (1). Sendo ainda, considerado, admissões (ADM) o total de pessoas assalariadas, admitidas pelas empresas na unidade local durante o ano de referência da pesquisa; Desligamentos (DES) o total de pessoas que foram desligadas das empresas durante o mesmo período (desligamento por decisão do empregador, por justa causa, por solicitação do empregado ou por acordo, aposentadoria, morte, etc) (IBGE, 2004).

$$X_t = (\text{Empregados no ano } t + \text{Empregados no ano } t-1) / 2 \quad (1)$$

O número de empregados no ano t é igual ao somatório de todos os vínculos empregatícios naquele ano e $(t-1)$ o número de empregados no ano anterior. As taxas de admissão TxA_{dm_t} e de desligamento TxD_{dm_t} são dadas por (2):

$$TxA_{dm_t} = \sum_{i=1}^n (\text{Número de Admissões}) / X_t \quad (2)$$

Em que TxA_{dm_t} é a taxa de admitidos no ano, e é dada pelo número de admitidos dividido pelo estoque de trabalhadores (X_t). E a TxD_{dm_t} (3) é a taxa de desligamento no ano e é dada pelo número de desligamento no ano dividido pelo estoque de trabalhadores (X_t).

$$TxD_{dm_t} = \sum_{i=1}^n (\text{Número de Demissões}) / X_t \quad (3)$$

A rotatividade dos trabalhadores ($RTrab$) (4) é a soma da taxa de admissão e demissão, dada pela equação:

$$RTrab_t = TxA_{dm_t} + TxD_{dm_t} \quad (4)$$

Ela representa o percentual de trabalhadores que mudaram de emprego ou se tornaram desempregados. A taxa de rotatividade constitui o percentual de trabalhadores que mudaram de emprego ou passaram da condição de empregados para desempregados. Por fim, ainda será

identificada a taxa de crescimento do emprego para o mesmo período. A taxa de crescimento líquido do emprego (CLEAt) (5) é a diferença entre as taxas de admissão e desligamento de trabalhadores no ano t.

$$\text{CLEAt} = \text{TxAmt} - \text{TxDmt} \quad (5)$$

3.3 Análise Locacional do Emprego Formal

Serão investigados neste estudo o grau de especialização dos empregos por setor da economia. Para isso, será utilizada a medida de localização intitulada Quociente Locacional. Tal medida foi adotada anteriormente, em estudos como o de Baptista et al. (2016); Lacerda e Santos (2017); Mattei e Mattei (2017); Bernardo e Farinha (2019). O Quociente Locacional (QL) (6), pode ser definido como a participação do emprego do setor i da região j, em relação à região de referência, sendo:

$$QL = \frac{E_{ij}}{E_i} / \frac{E_j}{E} \quad (6)$$

Ao qual,

- E_{ij}: emprego no setor do município j;
- E_i: emprego total do setor no Estado de Mato Grosso do Sul;
- E_j: emprego total do município j;
- E: emprego total de Mato Grosso do Sul.

Para interpretar este indicador, serão utilizadas as informações disponíveis no Quadro 1

Quadro 1 - Interpretação do QL referente aos empregos no Mato Grosso do Sul

Valor QL	Interpretação
QL = 0	Região não possui especialização.
0 < QL < 1	Região tem grau de especialização igual ao do estado.
QL > 1	Há concentração da empregos formais no município, superior à concentração no estado.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Vidigal, Campos e Rocha (2009).

O QL foi calculado para os anos 2018, 2019 e 2020, para a Mesorregião Sudoeste de Mato Grosso do Sul. Nesse período, vale destacar que a maioria das cidades não tem especialização em relação a essas atividades; levando em consideração a média dos 3 anos analisados nessa pesquisa o QL para o setor industrial é de 0,98 que mostra que a região não possui especialização nesse setor. Diferente do setor agropecuária que alcançou um índice de 2,03 mostrando a sua concentração da atividade econômica no município superior à concentração dessa atividade no estado. Parte disso é devido à cultura do estado, visto que ela está concentrada no ramo agropecuário, como pode ser visto na Figura 2 que é o setor com

maiores índices empregatício da mesorregião sudeste do estado. Os outros setores Construção, Serviços e Comércio atingiram o mesmo índice de 0, sendo eles 0,35, 0,85, e 0,96, que pelo quadro 1 eles se enquadram na segunda interpretação. Por mais que os impactos no emprego formal desses setores não seja alto o seu desenvolvimento no estado ainda é de maneira vagarosa.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

Em relação à rotatividade para o período de 2018 a 2020 para a Mesorregião Sudoeste, pode ser considerado como importantes indicadores as taxas de admissão e desligamento (Tabela 1), tendo em vista que elas contribuem com a compreensão sobre a rotatividade com relação ao trabalho formal, para o período analisado. As taxas de admissões e desligamento apresentam comportamento próximo, em 2018 e 2019. Nestes anos, os municípios podem ser classificados em dois grupos. O primeiro agrupamento possui taxas de até 0,3 e segundo agrupamento de municípios tem taxas maiores que 0,3 e próximas a 0,5, este último agrupamento os valores foram destacados na tabela. Os municípios classificados no agrupamento com taxas maiores, correspondem a 51% dos locais da mesorregião de estudo. Em relação ao ano de 2020, observa-se que as taxas decresceram. Podendo assim, indicar que os anos de 2018 e 2019, as taxas de admissão e desligamento foram maiores e assim, os trabalhadores estavam mais sujeitos à instabilidade no emprego formal. Além disso, podemos identificar que dois municípios se destacam com as taxas mais elevadas para a admissão e desligamentos nos anos de 2018 e 2019, sendo eles, Bonito e Vicentina.

Tabela 1: Taxa de admissões e desligamento para a Mesorregião Sudoeste de Mato Grosso do Sul – 2018 a 2020

Municípios	TxAdm_18	TxDem_18	TxAdm_19	TxDem_19	TxAdm_20	TxDem_20
Amambai	0,35	0,31	0,33	0,32	0,02	0,02
Angelica	0,15	0,17	0,09	0,08	0,01	0,01
Antônio Joao	0,24	0,19	0,21	0,19	0,01	0,01
Aral Moreira	0,18	0,14	0,19	0,19	0,01	0,01
Bela Vista	0,27	0,23	0,27	0,26	0,01	0,01
Bodoquena	0,22	0,22	0,26	0,25	0,02	0,02
Bonito	0,49	0,48	0,52	0,48	0,04	0,03
Caarapó	0,36	0,38	0,36	0,37	0,02	0,05
Caracol	0,36	0,38	0,36	0,37	0,02	0,05
Coronel Sapucaia	0,10	0,11	0,12	0,12	0,00	0,00
Deodápolis	0,33	0,29	0,42	0,30	0,06	0,02
Douradina	0,17	0,18	0,14	0,16	0,01	0,01
Dourados	0,37	0,52	0,47	0,37	0,03	0,03
Eldorado	0,41	0,36	0,38	0,38	0,02	0,03
Fatima do Sul	0,25	0,20	0,24	0,27	0,02	0,03
Gloria de Dourados	0,19	0,21	0,19	0,20	0,02	0,01
Guia Lopes da Laguna	0,33	0,33	0,31	0,28	0,01	0,02
Iguatemi	0,31	0,28	0,36	0,33	0,02	0,04
Itaporã	0,30	0,28	0,29	0,29	0,01	0,01
Itaquirai	0,38	0,33	0,43	0,35	0,03	0,03
Ivinhema	0,37	0,36	0,42	0,39	0,02	0,02

Japorã	0,08	0,08	0,07	0,08	0,00	0,01
Jardim	0,36	0,34	0,32	0,32	0,01	0,02
Jatei	0,31	0,25	0,27	0,25	0,01	0,01
Juti	0,31	0,33	0,33	0,31	0,02	0,02
Laguna Carapã	0,16	0,15	0,17	0,15	0,01	0,02
Maracaju	0,34	0,36	0,36	0,34	0,01	0,01
Naviraí	0,38	0,37	0,43	0,42	0,02	0,05
Nioaque	0,40	0,27	0,33	0,34	0,01	0,02
Nova Alvorada do Sul	0,36	0,40	0,40	0,40	0,01	0,04
Novo Horizonte do Sul	0,21	0,22	0,31	0,34	0,00	0,01
Paranhos	0,10	0,08	0,08	0,10	0,01	0,01
Ponta Porã	0,31	0,27	0,28	0,26	0,02	0,02
Rio Brilhante	0,33	0,36	0,30	0,35	0,02	0,02
Sete Quedas	0,23	0,21	0,20	0,21	0,01	0,02
Tacuru	0,18	0,18	0,21	0,21	0,01	0,01
Vicentina	0,48	0,44	0,55	0,51	0,02	0,05

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do CAGED (2018, 2019, 2020).

Denota-se que a partir da revolução industrial, a relação entre o trabalhador e as organizações, ganha importância, tendo em vista, a necessidade de acompanhamento do comportamento do mercado de trabalho (OLIVEIRA, PICCININI, 2011). Conhecer este comportamento, significa identificar a disponibilidade de empregos, bem como as características dos mesmos (CHAHAD, 2003), possibilitando assim, que seja identificadas as oportunidades e lacunas, referentes ao mercado de trabalho e, assim, haja medidas que reduzam as características da informalidade no país. Denota-se que a taxa de informalidade se altera conforme as características socioeconômicas dos países. No caso dos locais, com economias mais desenvolvidas, a tendência é que a informalidade seja menor, que em média é de 18%, enquanto países subdesenvolvidos as taxas médias podem chegar a 79% do total da oferta de empregos (OIT, 2018). Cabe ressaltar que o trabalho informal, reduz os direitos das pessoas e podem estar associadas à baixa remuneração e ao trabalho excessivo (VALENTIM et al., 2021).

A Tabela 2 traz informações quanto aos indicadores de Rotatividade e Crescimento Líquido do emprego formal para a mesorregião de análise. A rotatividade é caracterizada pela movimentação de trabalhadores nas organizações. A menor rotatividade do período ocorreu em 2020, de modo geral, para todos os municípios. Contudo, há municípios com taxas superiores a 0,5, nos anos de 2018 e 2019, sendo eles, Amambai, Bela Vista, Bonito, Caarapó, Caracol, Deodápolis, Douradina, Eldorado, Guia Lopes da Laguna, Iguatemi, Itaporã, Itaquiraí, Ivinhema, Jardim, Jateí, Juti, Maracaju, Naviraí, Nioaque, Nova Alvorada do Sul, Ponta Porã, Rio Brilhante e Vicentina. Isso significa que houve rotatividade de pelo menos 50% de

trabalhadores formais nestes anos, para estes locais. Dentre estes destacam-se os municípios, de Bonito, Dourados e Vicentina, devido às maiores taxas de rotatividade.

Com relação ao Crescimento Líquido, observa-se certa estagnação quanto ao emprego formal da Mesorregião, tendo em vista, que 20 municípios tiveram taxa maiores que 0 em 2018, 19 municípios em 2019 e 3 municípios em 2020. Taxas maiores que zero, significam que foram criados empregos formais no período de análise, mesmo que a taxa seja pequena, é um indicador positivo para a economia local. Os demais municípios em cada ano de análise, tiveram resultados iguais a zero ou negativos. Taxas iguais a zero, representam a manutenção dos postos de trabalho classificados como emprego formal. Porém, taxas negativas significam a presença de desemprego no município de análise. Todas as situações devem ser motivo para análise dos gestores municipais: contudo, taxas iguais ou menores que zero, requerem maior atenção, tendo em vista a importância dos empregos formais para a geração de renda local. Porém, considerando o contexto pandêmico, o resultado do Crescimento Líquido, igual a zero, pode ser considerado um indicativo qualitativo, pois indica a manutenção dos postos de trabalho.

Tabela 2: Taxa de Rotatividade e Crescimento Líquido do Emprego formal para a Mesorregião Sudoeste de Mato Grosso do Sul – 2018 a 2020

Municípios	Rtrab			CLEAt		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Amambai	0,65	0,65	0,04	0,04	0,01	0,00
Angelica	0,33	0,17	0,02	-0,02	0,01	0,00
Antônio João	0,43	0,40	0,01	0,06	0,02	0,00
Aral Moreira	0,32	0,38	0,03	0,04	0,00	0,00
Bela Vista	0,50	0,52	0,03	0,03	0,01	0,00
Bodoquena	0,44	0,51	0,03	-0,01	0,01	0,00
Bonito	0,97	0,99	0,08	0,01	0,04	0,01
Caarapó	0,74	0,73	0,07	-0,01	-0,01	-0,02
Caracol	0,74	0,73	0,07	-0,01	-0,01	-0,02
Coronel Sapucaia	0,21	0,23	0,01	-0,01	0,00	0,00
Deodópolis	0,62	0,72	0,08	0,04	0,12	0,04
Douradina	0,35	0,31	0,02	-0,02	-0,02	-0,01
Dourados	0,89	0,84	0,05	-0,14	0,10	0,00
Eldorado	0,77	0,76	0,05	0,06	0,00	-0,01
Fatima do Sul	0,45	0,51	0,04	0,05	-0,03	-0,01
Gloria de Dourados	0,40	0,40	0,04	-0,02	-0,01	0,01
Guia Lopes da Laguna	0,66	0,59	0,03	0,00	0,03	-0,01
Iguatemi	0,59	0,69	0,05	0,02	0,03	-0,02
Itaporã	0,58	0,58	0,02	0,03	0,00	0,00
Itaquirai	0,71	0,78	0,07	0,05	0,08	0,00

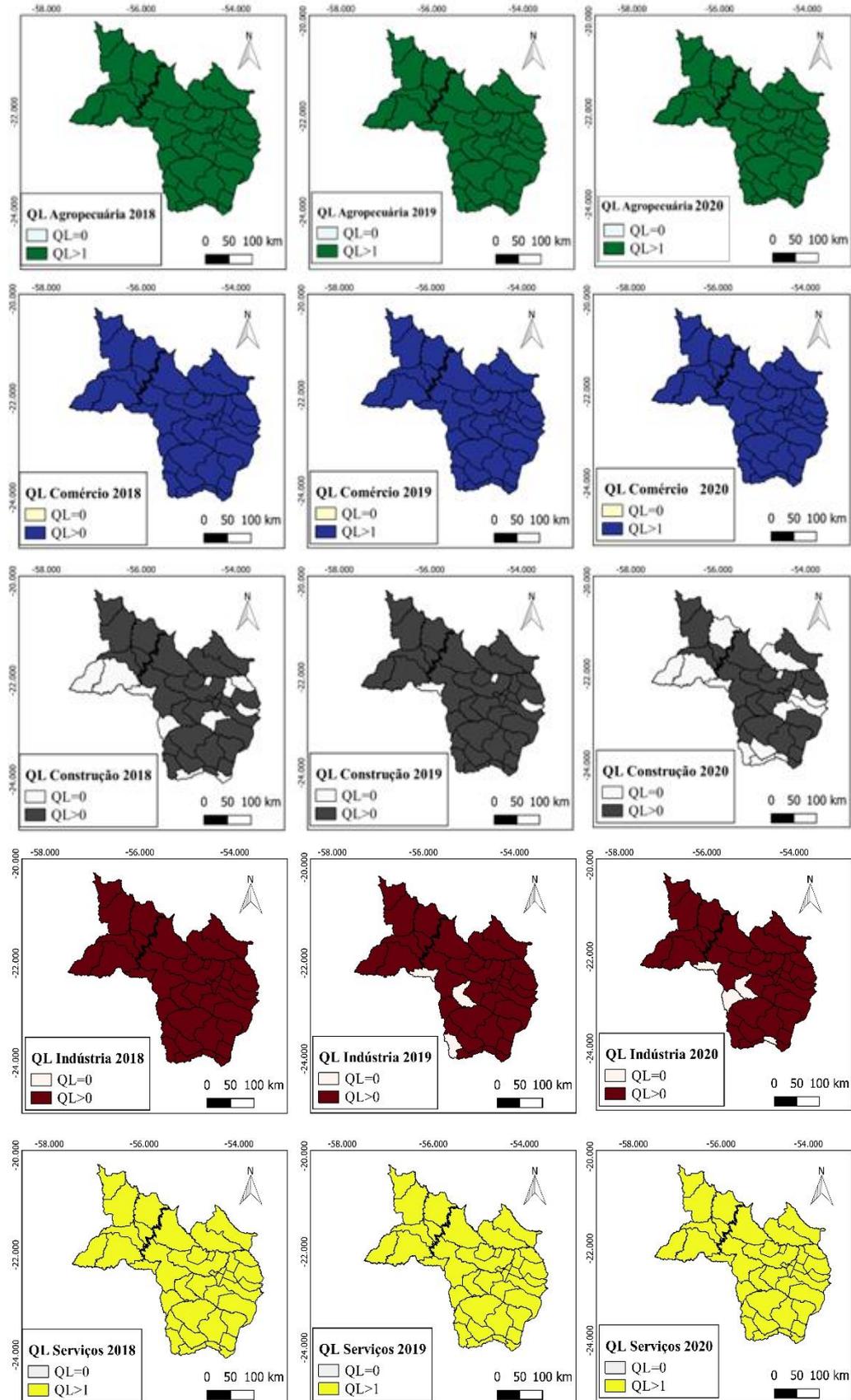
Ivinhema	0,73	0,81	0,04	0,00	0,03	0,00
Japorã	0,17	0,15	0,01	0,00	0,00	0,00
Jardim	0,69	0,64	0,03	0,02	0,01	-0,01
Jateí	0,56	0,52	0,02	0,07	0,02	0,00
Juti	0,64	0,64	0,03	-0,02	0,02	0,00
Laguna Carapã	0,32	0,32	0,03	0,01	0,02	0,00
Maracaju	0,70	0,70	0,03	-0,02	0,01	0,00
Naviraí	0,75	0,85	0,07	0,01	0,01	-0,03
Nioaque	0,66	0,67	0,03	0,13	0,00	0,00
Nova Alvorada do Sul	0,76	0,80	0,05	-0,04	0,00	-0,02
Novo Horizonte do Sul	0,43	0,64	0,01	0,00	-0,03	0,00
Paranhos	0,17	0,18	0,01	0,02	-0,02	0,00
Ponta Porã	0,58	0,55	0,04	0,03	0,02	0,00
Rio Brillhante	0,69	0,65	0,04	-0,04	-0,06	-0,01
Sete Quedas	0,44	0,41	0,03	0,02	-0,01	-0,01
Tacuru	0,35	0,42	0,03	0,00	0,00	0,00
Vicentina	0,92	1,06	0,07	0,05	0,04	-0,03

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do CAGED (2018, 2019, 2020).

Com relação à queda na rotatividade observada no ano de 2020, este pode ser um indicativo de uma maior estabilidade nas organizações e conseqüentemente no emprego formal. É importante que as organizações compreendam a rotatividade dos postos de trabalho, como um problema a ser solucionado. Chiavenato (2000) mostra que a rotatividade causa a perda de produtividade, lucratividade e saúde organizacional e, além disso, impacta na motivação e no comprometimento das pessoas, resultando em um ciclo vicioso, de mais absenteísmo e rotatividade, resultando em prejuízos à empresa e aos trabalhadores.

Para além da rotatividade e do crescimento líquido do emprego formal, foi identificado se nesta região, há especializações ou atividades produtivas diversificadas, para o período de análise. Ter acesso a esta informação, pode contribuir com o processo de tomada de decisão, com relação ao planejamento das localidades, bem como, a região como um todo. Para Paiva (2004), a identificação da especialização de uma região é um forte indicativo do potencial que a mesma possui, ou seja, são reconhecidos os setores que podem gerar maiores benefícios para a localidade investigada. A identificação destas características pode ser realizada através do Quociente Locacional (Figura 4).

Figura 4 : QL emprego formal dos setores econômicos – Mesorregião Sudoeste – 2018 a 2020



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do RAIS (2018, 2019, 2020).

Pode-se identificar que os setores Agropecuário, Comércio e Serviços, manteve em todos os municípios que compõem a mesorregião estudada, o QL com resultado maior que 1, indicando que há concentração do emprego destes setores, maiores que a concentração do estado, ou seja, setores que podem ser considerados especializados para os municípios. Já os setores, Construção Civil e Indústria, apresentaram mudanças no QL no decorrer dos anos, de modo que há municípios com concentração igual ao estado e maiores que o mesmo (QL=0 e QL>0, respectivamente). Os municípios que possuem QL=0, foram identificados na Tabela 3, conforme o setor e ano. Observa-se que este resultado, significa que o município não é especializado nestas atividades, em relação ao estado de Mato Grosso do Sul. Estes setores tem maior importância na geração de emprego para o estado, do que para estes municípios.

Tabela 3: Municípios com QL=0 ou QL>0

Municípios	Indústria 2019	Indústria 2020	Construção 2018	Construção 2019	Construção 2020
Angélica	QL>0	QL>0	QL=0	QL>0	QL>0
Antônio João	QL=0	QL=0	QL=0	QL=0	QL=0
Aral Moreira	QL>0	QL=0	QL=0	QL>0	QL>0
Bela Vista	QL>0	QL>0	QL=0	QL>0	QL=0
Caracol	QL>0	QL>0	QL=0	QL>0	QL=0
Deodápolis	QL>0	QL>0	QL=0	QL>0	QL>0
Douradina	QL>0	QL>0	QL=0	QL=0	QL=0
Gloria de Dourados	QL>0	QL>0	QL>0	QL>0	QL=0
Japorã	QL>0	QL=0	QL>0	QL>0	QL=0
Juti	QL>0	QL>0	QL=0	QL>0	QL=0
Laguna Carapã	QL=0	QL=0	QL>0	QL>0	QL>0
Nioaque	QL>0	QL>0	QL>0	QL>0	QL=0
Novo Horizonte do Sul	QL>0	QL>0	QL=0	QL=0	QL=0
Paranhos	QL=0	QL>0	QL>0	QL>0	QL=0
Rio Brillhante	QL>0	QL>0	QL>0	QL>0	QL=0
Sete Quedas	QL>0	QL>0	QL=0	QL>0	QL=0
Jateí	QL>0	QL>0	QL>0	QL>0	QL=0
Mundo Novo	QL>0	QL>0	QL=0	QL>0	QL>0

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do RAIS (2018, 2019, 2020).

Cabe observar que o setor da construção civil é muito complexo e, de acordo com Kureski et al. (2008), se estende desde a indústria extrativista mineral até a comercialização dos imóveis ou a utilização da infraestrutura construída, como pontes, estradas e instalações de indústrias. Além disso, Marques et al. (2018), consideram a forte presença da informalidade no mercado de trabalho, principalmente, de operários da construção civil. Este pode ser um fator que justifica o resultado identificado. Quanto ao setor indústria, Mattei e Rosa (2020) informa

que existe um processo de desaceleração significativa, no Brasil. Contudo, cabe ressaltar, que Gonçalves et al. (2019) consideram, que a estrutura econômica de uma cidade pode ser mais ou menos diversificada e, ao mesmo tempo, mais ou menos especializada em setores específicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O seguinte estudo buscou investigar os impactos no emprego formal da mesorregião Sudoeste de Mato Grosso do Sul no período de 2018 a 2020. Analisou-se este local de estudo, através da identificação da rotatividade e crescimento líquido do emprego formal e a partir do uso de coeficiente locacional. Com essa análise nota-se que o mercado de trabalho na maior parte das cidades analisadas, mostrou redução nas taxas de admissões e demissões, de tal forma que 2020 foi um período mais estável comparados com os anos de 2018 e 2019. Já o Crescimento Líquido do emprego formal decaiu, tentando se reestruturar nesse período de ápice da pandemia, ao qual, no ano de 2020, foi identificado que 57% das cidades mantiveram os postos de trabalho dos empregos formais, em 35% há presença de redução de postos e apenas 8% demonstram ter criado novos empregos. Tal medida pode auxiliar os gestores públicos quanto ao processo de tomada de decisão, para o fortalecimento econômico local e geração de renda.

Sobre o coeficiente locacional foi analisado que no período de 2018 a 2020 as cidades da mesorregião, tiveram como setores especializados, i-Agropecuária, ii-Comércio, e iii-Serviços, o que leva a identificar a mesma, como multi-especializada. Esta característica, pode representar uma melhor distribuição de emprego e renda e conseqüentemente, pode influenciar a qualidade de vida da população local. Contudo, cabe considerar que, o período analisado sofreu influência da pandemia, o que afetou diretamente a economia. Por isso, além de observar a multi-especialização da mesorregião, é necessário ressaltar que deve haver ações públicas em prol do fomento do emprego formal na região, tendo em vista, a pouca quantidade de municípios, que apresentaram crescimento no número de empregos.

Assim, espera-se que este estudo, contribua para o planejamento da mesorregião, possibilitando o incentivo ao crescimento econômico, os postos de emprego formal e ao desenvolvimento regional, proporcionando qualidade de vida a população residente no estado de Mato Grosso do Sul.

Futuros trabalhos podem identificar os impactos no emprego formal nas outras mesorregiões do estado Mato Grosso do Sul. E identificar também quais os impactos da covid

19 no emprego formal em nível nacional verificando todas as cidades no Brasil com os dados liberado pelo CAGED.

REFERÊNCIAS

AMARAL, J. S. A; SILVA, R. G. Rotatividade e Crescimento do emprego por gênero na região Norte. **Revista de Economia Agrícola**, n. 2, p. 78 – 89, 2015.

AZEVEDO E SILVA G, JARDIM B, LOTUFO P. **Mortalidade por Covid-19 no Brasil ajustada por idade: mais alta na Região Norte**. Preprints SciELO; 2021. DOI: 10.1590/scielopreprints.1874.

BAMBINI, M. D. **Impactos do Covid-19 ao setor agropecuário: resiliência para enfrentar o Cisne Negro de 2020**. Embrapa Informática Agropecuária-Artigo de divulgação na mídia (INFOTECA-E), 2020. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1123716/1/AP-Impactos-Covid-2020.pdf>. Acesso em: jun 2022

BAPTISTA, L. T. D.; PEREIRA, C. H.; SONAGLIO, C. M. Dinâmica do setor turístico em Ponta Porã-MS, Brasil. **Revista Iberoamericana de Turismo**, Penedo, v. 6, n. 2, p. 118-37, 2016.

BENDASSOLLI, P.; LIMA, F. Psicologia e trabalho informal: a perspectiva dos processos de significação. **Psicologia & Sociedade**, 27(2), 383-393, 2015.

BERNARDO, L.V.M; FARINHA, M.J.U.S. Análise do emprego turístico de Mato Grosso do Sul com o uso de medidas locacionais-2006 a 2013. **Interações (Campo Grande)**, v. 20, p. 679-690, 2019.

BRASIL. **Decreto nº 99.350/1990**. Cria o Instituto do Seguro Social (INSS) define sua estrutura básica e o Quadro Distributivo de Cargos e Funções do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores de suas Unidades Centrais e da outras providências. 1990a. Disponível em: site. Acesso em: abr 2022.

BRASIL. **Decreto nº. 5.452/1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm. Acesso em: abr 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.036**. Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.1990b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18036consol.htm. Acesso em: abr 2022.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento e subdesenvolvimento no Brasil. Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. Acesso em: abr. 2022.

CACCIAMALI, M.C. Globalização e processo de informalidade. **Economia e sociedade**, v. 9, n. 1, p. 153-174, 2000.

CAMARGO, Eduardo Baraúna et al. **Desempenho financeiro de empresas do setor da construção civil durante o período da pandemia de COVID-19 através da análise fundamentalista.** 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/38656/1/Desempenho%20financeiro%20de%20empresas%20do%20setor%20da%20constru%20c3%a7%20c3%a3o%20civil%20durante%20o%20per%20adodo%20da%20pandemia%20de%20COVID-19%20atrav%20a9s%20da%20an%20c3%a1lise%20fundamentalista.pdf>. Acesso em: jun 2022

CASTRO, A.S.; ROCHA, B.F. Demografia de empresas e pandemia em São Paulo: Evidências preliminares. **IPEA**, 47, 2020. Disponível em: CASTRO, A.S.; ROCHA, B.F. Demografia de empresas e pandemia em São Paulo: Evidências preliminares. **IPEA**, 47, 2020. Acesso em: mar. 2022.

CEPAL - Comissão economia para a América Latina e o Caribe. **Diferentes parceiros, diferentes padrões: Comércio e mercado de trabalho do Brasil nos anos 2000.** 2012. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/4345-diferentes-parceiros-diferentes-padroes-comercio-mercado-trabalho-brasil-anos#:~:text=As%20exporta%C3%A7%C3%B5es%20brasileiras%20se%20expandiram,do%20emprego%20total%20da%20economia>. Acesso em: mar. 2022.

CHAHAD, J.P.Z. Tendências recentes no mercado de trabalho: pesquisa de emprego e desemprego. **São Paulo em Perspectiva**, 17(3-4), 2003.

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos Recursos Humanos nas Organizações.** 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2010.

CHIAVENATO, I. Recursos humanos: edição compacta. In: **Recursos humanos: edição compacta.** 2000, p. 377-377. Acesso em: mai. 2022.

COSTA, L. M. C.; MERCHAN-HAMANN, E. Pandemias de influenza e a estrutura sanitária brasileira: breve histórico e caracterização dos cenários. **Revista Pan-Amazônica de Saúde**, v. 1, n. 7, 2016.

COSTA, S.S. Pandemia e desemprego no Brasil. **RAP – Revista de Administração Pública**, 54(4): 969-978, 2020.

DAVIS, S. J.; HALTIWANGER, J. Gross job creation, gross job destruction, and employment reallocation. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 107, n. 3, p. 819 – 863, 1992.

DEDECCA, C. S. Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil. **Revista de Economia política**, 25(97), 94-111, 2005.

GONÇALVES, Eduardo et al. **Crescimento do emprego industrial local no Brasil: o grau de especialização por intensidade tecnológica importa?** Nova Economia, v. 29, p. 41-74, 2019.

GONZAGA, G.; CAYRES PINTO, R. **Rotatividade do trabalho e incentivos da legislação trabalhista.** Texto para discussão, 2014. Disponível em: <http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/td625.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2022.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. **Alerta Coronavírus**. 2022. Disponível em: <https://www.coronavirus.ms.gov.br/>. Acesso em: abr. 2022.

GOVERNO ESTADUAL DO CEARÁ. **Quais os sintomas do COVID-19?**. 2020. Disponível em: <https://coronavirus.ceara.gov.br/quais-os-sintomas-do-covid-19/>. Acesso em: 18 mai. 2022.

GREGÓRIO, Daniele Aparecida Gonçalves; GOMES, Alberto Albuquerque. Camelôs, camelódromo e informalidade: um estudo sobre o trabalho informal no comércio de Presidente Prudente. **Intertem@s** ISSN 1677-1281, v. 5, n. 5, 2003.

IBGE. **Malhas Digitais**. 2015. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais.html>. 2022.

IBGE. **População**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/dourados/panorama>. Acesso em: jun. 2022

IBGE. **População**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/navirai/panorama>. Acesso em: ago. 2022.

IBGE. **Produto Interno Bruto – PIB**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. 2021. Acesso em: abr. 2022.

KURESKI, Ricardo et al. O macrossetor da construção civil na economia brasileira em 2004. **Ambiente construído**, v. 8, n. 1, p. 7-19, 2008. 64, 2017.

LACERDA, T. N.; SANTOS, J. M. Análise da concentração do emprego da agropecuária do estado do Pernambuco: 2000-2014. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 36, p. 246-

MAGALHÃES, G.; CARDOSO, L.C.B. Efeitos Econômicos e Distributivos da Pandemia de Coronavírus no Brasil. **REA - Revista de Economia e Agronegócio**, 18(1), 2020.

MARQUES, L.; HENRIQUE A.; TEIXEIRA D.; ABÍLIO, L. **Informalidade**: realidades e possibilidades para o mercado de trabalho brasileiro. Fundação Perseu Abramo, 2018.

MARX, K. **O Capital** - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTEI, L.; HEINEN, V. L. Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 40, n. 4, p. 647–668, 2020.

MATTEI, Lauro; ROSA, Matheus. Impactos da pandemia sobre o setor industrial catarinense. **Revista NECAT-Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**, v. 9, n. 17, p. 10-32, 2020.

MATTEI, T. F.; MATTEI, T. S. Métodos de análise regional: um estudo de localização e especialização para a região Sul do Brasil. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 38, n. 133, p. 227-43, 2017.

MELO, C.N.S.; FORMAGGIO, F.M. Influência da comunicação na rotatividade de pessoal nas organizações. **Bioenergia em revista: diálogos**, 11(2), 178-198, 2021. Acesso em: 18 mai. 2022.

MINISTERIO DA ECONOMIA. **Boletim do Mapa de Empresas**. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/mapa-de-empresas/>.2021. Acesso em: 18 Mar. 2022.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Ministério da Economia avalia impacto econômico do coronavírus**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2020/03/ministerio-da-economia-avalia-impacto-economico-do-coronavirus-no-brasil>. Acesso em: abr. 2022.

NIENOW, M.; MASSUQUETTI, A. O PIB e o mercado de trabalho informal no Brasil. **Anais**. Seminário de Economia UFSM. 2017. Acesso em: 18 mai. 2022.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. **Women and men in the informal economy: a statistical picture**. Geneva: ILO. 2018.

OLIVEIRA, A. **A influência do território no comportamento do mercado de trabalho: notas sobre a experiência brasileira**. **EURE**, 43(128), 2017. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0250-71612017000100004&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 18 mai. 2022

OLIVEIRA, S.R.; PICCININI, V.C. Mercado de trabalho: múltiplos (des)entendimentos. **RAP**, 45(5), 1517-1538, 2011.

PAIVA, C.A.N.. Demanda Efetiva, Exportações e Desenvolvimento Regional. (ou: Smith, Kalecki e North e os fundamentos de uma teoria do desenvolvimento de regiões periféricas em transição para o capitalismo). In: IX ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA. **Anais...** Sociedade Brasileira de Economia Política, Uberlândia (MG), jun. 2004.

SILVA, D.F.L.P; PEREIRA, J.A.; MEDEIROS, G.G. As consequências da pandemia do coronavírus e o luto na enfermagem. **REVISA**, v.11, n. 1, 5-15. Disponível em: <http://revistafacesa.senaaires.com.br/index.php/revisa/article/view/843/770>. Acesso em: mar. 2022.

SINGER, P. Economia solidária versus economia capitalista. **Sociedade e Estado**, 16(1-2), 100-112, 2001.

STONER, J.A. F; FREEMAN, R. Edward. **Administração**. Tradução Alves calado. 5ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

TOMÉ, L. M. Comércio Varejista. **Caderno Setorial ETENE**. N. 119. 2020.

VALENTIM, V.S.; CAVALER, C.M.; CASTRO, A. LONGEN, W.C. Representações sociais do trabalho para trabalhadores informais. **Methaodos - Revista de Ciências Sociais**, 9(2), 244-257, 2021.

VIDIGAL, Vinícius Gonçalves; DE CAMPOS, Antonio Carlos; ROCHA, Cláudia Bueno. Especialização produtiva nos Arranjos Produtivos Locais (APL) de calçados do Brasil, 1995–2006. **Estudos do CEPE**, p. 30-53, 2009.

WORLD BANK. **Perspectivas econômicas globais**. 2020. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/publication/global-economic-prospects>. Acesso em: abr. 2022.